



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NUGEPNAC DA PRESIDÊNCIA



REPERCUSSÃO GERAL
TEMAS COM INCIDÊNCIA NO TJSP

Atualizado em 10/11/2023

Tema	Código SAJ	Palavras-Chave	Descrição	Tese firmada	Observação
264	80129	Tema nº 264 - Expurgos - Inflacionários Bresser - Verão	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos denominados Bresser e Verão.	Aguardando julgamento de mérito	Sobrestar na fase recursal
265	80114	Tema nº 265 - Expurgos - Inflacionários Não bloqueados - Collor I	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I.	Aguardando julgamento de mérito	Sobrestar na fase recursal
284	80089	Tema nº 284 - Expurgos - Inflacionários Bloqueados - Collor I	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, II e XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, bloqueados pelo Banco Central do Brasil, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I.	Aguardando julgamento de mérito	Sobrestar na fase recursal
285	80093	Tema nº 285 - Expurgos - Inflacionários Collor II	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, não bloqueados pelo Banco Central do Brasil, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor II.	Aguardando julgamento de mérito	Sobrestar na fase recursal
843	80919	Tema nº 843 - ICMS - PIS/COFINS - Base - Cálculo	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 150, § 6º, e 195, I, b, da Constituição Federal, a possibilidade de excluir da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS os valores referentes a créditos presumidos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Aguardando julgamento de mérito	Suspender em 1º e 2º graus.

966	80675	Tema nº 966 - Licença-prêmio - Isonomia - Magistratura - MP	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º, 5º, inc. II, 37, caput e inc. XIII, 39, § 4º, 96, inc. II, al. b e 129 da Constituição da República, a possibilidade de concessão à magistrado de licença-prêmio (ou de indenização pela não fruição), com fundamento na isonomia com os membros do Ministério Público.	Aguardando julgamento de mérito	Suspender em 1º e 2º graus.
976	80685	Tema nº 976 - Diárias - Equiparação - Magistratura - MP	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º, 5º, inc. II, 37, caput e incs. XI e XIII, 39, § 4º, 93, caput, 96, inc. II, al. b, e 129, § 4º, da Constituição da República, a possibilidade de equiparação entre as diárias recebidas por membros do Ministério Público e as recebidas por membros do Poder Judiciário.	Aguardando julgamento de mérito	Suspender em 1º e 2º graus.
985	80709	Tema nº 985 - Contribuição - Patronal - Natureza - Férias	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 97, 103-A, 150, § 6º, 194, 195, inc. I, al. a e 201, caput e § 11, da Constituição da República, a natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal.	É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.	Suspender em primeiro e segundo graus - decisão monocrática de 27/06/2023
1016	80726	Tema nº 1016 - Depósito - Judicial - Expurgos - Inflacionários - Correção - Monetária	Recurso extraordinário em que se examina, à luz dos arts. 2º; 5º, caput e incisos XXXVI, LIV e LV; 21, incisos VII e VIII; 22, incisos VI, VII e XIX; 48, incisos XIII e XIV; 96, inciso I, alínea b; 97; 99 e 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, se a correção monetária dos depósitos judiciais deve, ou não, incluir os expurgos inflacionários.	Aguardando julgamento de mérito	Suspender em 1º e 2º graus.
1022	80730	Tema nº 1022 - Dispensa - Imotivada - Empregado - Concurso	Recurso extraordinário em que se examina, à luz dos arts. 37, caput e inciso II; e 41 da Constituição Federal, a possibilidade de despedida sem motivação de empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista admitido por concurso público.	Aguardando julgamento de mérito	Suspender em 1º e 2º graus.
1031	80789	Tema nº 1031 - Reintegração - Posse - Ocupação - Indígena	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, incisos XXXV, LIV e LV; e 231 da Constituição Federal, o cabimento da reintegração de posse requerida pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) de área administrativamente declarada como de tradicional ocupação indígena, localizada em parte da Reserva Biológica do Sassafrás, em Santa Catarina.	I - A demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena; II - A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas,	Suspender em 1º e 2º graus.
1102	80911	Tema nº 1102 - Benefício - Previdenciário - Revisão - Lei 9.876/99	Possibilidade de revisão de benefício previdenciário mediante a aplicação da regra definitiva do artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/91, quando mais favorável do que a regra de transição contida no artigo 3º da Lei nº 9.876/99, aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social antes da publicação da referida Lei nº 9.876/99, ocorrida em 26/11/99.	O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável.	Suspender em 1º e 2º graus.

1198	80796	Tema nº 1198 - IPVA - Locadora - Filial - Diverso	Constitucionalidade da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos, quando esta possuir filial em outro estado, onde igualmente exerce atividades comerciais (distinção do Tema 708, RE 1.016.605).	<i>Aguardando julgamento de mérito</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
1209	80881	Tema nº 1209 - Previdenciário - Vigilante - Especial - Arma - Lei 9.032/95	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 201, § 1º, e 202, II, da Constituição Federal, Possibilidade de concessão de aposentadoria especial, pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ao vigilante que comprove exposição a atividade nociva com risco à integridade física do segurado, considerando-se o disposto no artigo 201, § 1º, da Constituição Federal e as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103/2019.	<i>Aguardando verificação da Repercussão Geral</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
1252	80932	Tema nº 1252 - ANVISA - Importação - Comercialização - Cigarros	Competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para editar normas sobre a restrição de importação e comercialização de cigarros, especificamente as contidas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 14/2012, no que proíbe o uso de certos aditivos.	<i>Aguardando julgamento de mérito</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
ADI 5090	84994	ADI nº 5090 - TR - Correção - Saldo - FGTS	Discute-se se o crédito dos trabalhadores na conta do FGTS será atualizado pela TR (Taxa Referencial).	<i>Aguardando julgamento</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
ADI 5956	84995	ADI nº 5956 - Transporte - Rodoviário - Carga - Frete - Tabelamento	Inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia da Medida Provisória n. 832/2018 ou da Resolução n. 5820, de 30 de maio de 2018, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).	<i>Aguardando julgamento</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
ADC 85	84991	ADC nº 85 - Constitucionalidade - Decreto 11.366/2023 - Registro - Armas	Constitucionalidade ou suspensão da eficácia do Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, do Presidente da República.	<i>Aguardando julgamento</i>	Suspender em 1º e 2º graus.
ADPF 984 e ADI 7191	84989	ADPF nº 984 - ADI nº 7191 - ICMS - Combustíveis	Discussão sobre a constitucionalidade das Leis Complementares 192/2022 e 194/2022, diante do art. 155, §§ 2º, 4º, IV, e 5º, da Constituição Federal, entre outros.	<i>Aguardando julgamento</i>	Suspender em 1º e 2º graus.